

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso quer prorrogar, mas prazo é dia 30..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dívidas de igrejas com INSS e Imposto de Renda já chegam a R\$ 1,9 bilhão..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita altera entendimento e reduz tributação para o setor imobiliário..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Vendas à Zona Franca geram créditos de PIS e Cofins..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Saúde pública e saúde fiscal (3)..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Crise orçamentária causa atrito entre Guedes e Lira e divide governo..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renúncia não é desonra (2)..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desigualdades no saneamento (3)..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para Receita, regra do código tributário foi desrespeitada..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cooperativas querem lei de falências própria..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Orçamento deve ter corte de R\$ 15 bilhões..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Dissonância global (2)..... 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Para viabilizar sanção, Bolsonaro sinaliza vetar trechos..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A cloroquina do mercado de trabalho (2)..... 25

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

'Vivemos uma estagflação com a lentidão da vacinação' - PRIMEIRA PESSOA..... 27

Segunda-Feira, 5 de Abril de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Juro e consolidação fiscal elevam investimento, diz SPE.....28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Área econômica já admite reflexo da pandemia na piora de indicadores.....30

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA

Proposta de reforma pode levar a retrocesso em paridade de gênero.....33

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA

Um estorvo no Planalto - CATARINA ROCHAMONTE.....37

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SP - POLÍTICA
COMUNICADO

Ex-ministro do STJ, Paulo Medina morre aos 79 anos de Covid.....39

Congresso quer prorrogar, mas prazo é dia 30



Alexia Oliveira*

É importante ficar atento ao calendário. Falta menos de um mês para o término do período estipulado pela **Receita Federal** para acertar as contas com o Leão. O prazo limite para entregar a declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) 2021 termina às 23h59 de 30 de abril. Em razão do agravamento da pandemia do novo coronavírus, a Câmara dos Deputados aprovou projeto que amplia data para 31 de julho, mas o PL ainda precisa passar pelo Senado e ser sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro. Vale, portanto, o prazo estipulado pelo Fisco.

O processo para quem se atrapalhar ao deixar para a última hora é o mesmo de quem entregou dentro do prazo: basta preencher os dados no programa da **Receita Federal** e enviar o documento. Contudo, terá de pagar uma multa mínima de R\$ 165,74. A cada mês de atraso, a Receita acrescenta mais 1% sobre o imposto devido, até o limite de 20% desse montante.

O cálculo do imposto a pagar é feito de forma automática pelo programa da Receita. Para enviar a declaração do Imposto de Renda para Pessoas Físicas, está disponível o programa gerador DIRPF21, bem como o aplicativo "Meu Imposto de Renda", disponível nas plataformas da Google Play e da Apple Store. Segundo o Ministério da Economia, a expectativa é de entrega do documento de 32 milhões de declarações até o fim do mês.

A prestação de contas à Receita deverá ser feita por quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 na soma anual em 2020. Também por aqueles que tiveram rendimentos isentos, não

tributáveis ou tributados na fonte (como poupança ou saque do FGTS) no valor igual ou acima de R\$ 40 mil. Quem negociou ações na Bolsa de Valores, possua bens materiais como propriedades, acima de R\$ 300 mil, ou teve receita de mais de R\$ 142.798,50 em atividade rural também está na lista de declarantes.

O economista e presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, César Berço, explica que o contribuinte deve evitar correr o risco de cair na malha fiscal, que é que o processo de verificação de inconsistências na declaração do IR. "É importante entregar a declaração dentro do prazo, pois, caso seja localizado algum erro, a pessoa pode pedir uma retificação e não pagar a multa", afirma.

Ele diz ser preciso evitar supresas e destaca o auxílio emergencial como uma das mudanças a serem declaradas no Imposto de Renda deste ano. "É uma novidade. Quem recebeu auxílio emergencial deverá apresentar na declaração também, desde que o valor seja igual ou maior que R\$ 22.847,76", salienta. Para o economista Riezo Almeida, mesmo que o processo seja autoexplicativo, neste ano, houve muitas mudanças e ficar atento a isso evita erros infantis.

*Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro

Dívidas de igrejas com INSS e Imposto de Renda já chegam a R\$ 1,9 bilhão

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Beneficiadas com um perdão de dívidas concedido sob a bênção do presidente Jair Bolsonaro, as igrejas acumulam R\$ 1,9 bilhão em débitos inscritos na Dívida Ativa da União (DAU). O Estadão/ Broadcast teve acesso a uma planilha que detalha os **tributos** devidos pelas instituições religiosas. Algumas delas deixaram de pagar à União até mesmo a contribuição previdenciária e o Imposto de Renda já descontados do salário dos empregados.

Cerca de R\$ 1 bilhão dessa dívida corresponde a débitos previdenciários não especificados, isto é, podem ser tanto a parcela devida pelo empregador quanto a parte recolhida em nome do empregado. Outros R\$ 208 milhões do montante são contribuições patronais inadimplentes.

Os valores incluem débitos em fase de cobrança, negociados em algum tipo de parcelamento ou até mesmo suspensos por decisão judicial.

Há ainda R\$ 4 milhões em contribuições que as igrejas descontaram da remuneração de seus funcionários, mas não repassaram ao **INSS**. Deixar de repassar à Previdência a contribuição dos contribuintes configura apropriação indébita, um crime previsto no Código Penal e punido com dois a cinco anos de reclusão, além de multa.

Os valores consideram apenas as cobranças sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), sem incluir os débitos ainda em fase administrativa, que tramitam na **Receita Federal**.

Discórdia. As cobranças previdenciárias estão no centro de uma discórdia entre o Fisco e as instituições religiosas. A lei diz que a prebenda, como é chamado o valor recebido pelo pastor ou líder do ministério religioso por seus serviços, não é considerada remuneração, ou seja, seria isenta de contribuições à Previdência.

Mas o próprio texto condiciona o benefício ao pagamento de valor fixo, sem parcela variável conforme a natureza ou a quantidade do trabalho executado.

A Receita começou a identificar nos últimos anos que

igrejas se valiam da prebenda para distribuir participação nos lucros e pagar remuneração variável de acordo com o número de fiéis ou conforme a localidade do templo (mais informações nesta página).

A lógica seria conceder pagamentos mais gordos a quem tivesse os maiores "rebanhos". O Fisco começou, então, a lançar autos de infração e cobrar das igrejas os **tributos** devidos com multas e encargos sobre a parcela variável da prebenda.

Para tentar resolver o impasse, a bancada evangélica no Congresso Nacional emplacou em agosto do ano passado a aprovação de uma lei que derruba todas as fiscalizações que tinham como alvo a cobrança previdenciária sobre a prebenda.

Como revelou o Estadão/ Broadcast, meses antes Bolsonaro havia promovido uma reunião entre o deputado federal David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R. Soares, e o secretário especial da **Receita Federal**, José Barroso Tostes Neto, para discutir os débitos das instituições religiosas. Procurados na época, tanto o Planalto como o deputado não quiseram se manifestar.

"Isso aí é uma reunião com o presidente, eu não tenho nada a declarar", afirmou Soares.

Bolsonaro, que já havia ordenado à equipe econômica "resolver o assunto", acabou sancionando o trecho da lei que buscava liberar as cobranças sobre a prebenda.

Dias antes da aprovação da lei, a Igreja Internacional da Graça de Deus, fundada por R.

R. Soares, ingressou com uma ação na Justiça Federal pedindo a anulação de uma cobrança de R\$ 30,6 milhões em contribuições previdenciárias sobre a prebenda, cujo auto de infração foi lavrado em 2013.

Após a sanção, a defesa recorreu à lei recém-criada para tentar justificar a extinção dos débitos.

Ainda não há sentença no caso, mas, segundo apurou o Estadão/ Broadcast, a **Receita Federal** tem o entendimento de que a mudança recente na legislação não tem impacto sobre as cobranças em andamento.

Uma posição nessa linha foi dada pela juíza Adriana Barretto de Carvalho Rizzotto em despacho de 1.º de março deste ano. "Não há como se reconhecer que a atuação desrespeitou diploma legal não existente à época de sua ocorrência, independentemente da previsão do § 16 (...) incluído pela Lei nº 14.057, de 14 de setembro de 2020", afirmou a juíza, referindo-se ao dispositivo patrocinado pela bancada evangélica.

A bancada evangélica tem se articulado agora para incluir, na **reforma tributária**, a ampliação do alcance de sua imunidade tributária para qualquer cobrança incidente sobre propriedade, renda, bens, serviços, insumos, obras de arte e até operações financeiras (como remessas ao exterior).

Arcabouço. O economista Rodrigo Orair, especialista em finanças públicas e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, critica o arcabouço brasileiro de isenções tributárias às igrejas.

De acordo com ele, em outros países é comum que as instituições religiosas fiquem livres de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, mas não dos demais **tributos**, como a contribuição previdenciária.

Já no Brasil, os benefícios têm alcance maior. "Uma coisa é isentar **tributos** pela prestação de serviços não mercantis. Faz sentido.

Outra coisa é isentar a contribuição previdenciária, inclusive a do pastor", diz. "A sociedade arcará com a aposentadoria deles por longos anos sem que eles tenham contribuído." Em sua opinião, as igrejas não deveriam ser isentas da contribuição ao **INSS**, de 20% sobre a folha, muito menos deixar de repassar os valores recolhidos em nome dos empregados.

I Em atraso

R\$ 1 bi é o valor da dívida total das igrejas que corresponde a débitos previdenciários não especificados; outros R\$ 208 milhões são contribuições patronais inadimplentes

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Receita altera entendimento e reduz tributação para o setor imobiliário



Advogada Vivian Casanova: do ponto de vista fiscal, a mudança é significativa

Adriana Aguiar De São Paulo

Empresas do setor imobiliário poderão pagar menos Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL na venda de imóveis anteriormente alugados, desde que estejam no regime do lucro presumido. A **Receita Federal** mudou recentemente seu entendimento sobre o assunto e deixou de tributar a operação como ganho de capital. A decisão está na Solução de Consulta nº 7, editada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

A **Receita Federal** passou a considerar o resultado desse tipo de operação como receita bruta, desde que a atividade de locação faça parte do objeto social da empresa. Nesse caso, tributa-se com base nas alíquotas de presunção do lucro presumido, que são de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL.

Até então, costumava-se tratar como ganho de capital a receita decorrente da alienação de bens do ativo imobilizado (não circulante) - ainda que reclassificados para o ativo circulante com a intenção de venda. Uma situação quase sempre mais onerosa, de acordo com advogados. A Receita exigia 25% Imposto de Renda e 9% de CSLL sobre a diferença entre o custo de aquisição e o preço de comercialização.

O tema é importante para o setor imobiliário. É comum esse tipo de operação, principalmente em época de crise. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 2008.

Incorporadoras acabaram alugando unidades não comercializadas e depois, com a retomada do mercado, decidiram colocá-las à venda, segundo o advogado Rodrigo Dias, membro do Conselho jurídico do Secovi-SP.

A discussão, afirma Dias, envolve também a locação de terreno para estacionamento, até o lançamento do empreendimento e venda posterior das unidades. Para ele, a solução de consulta traz mais segurança para o setor. "Era um tema que trazia dúvidas e muita preocupação", diz. Ele acrescenta, porém, que nem sempre essa alteração na forma de tributar vai gerar economia. "Vai depender da operação."

Luís Rodrigo Almeida, sócio do Dib Almeida Laguna Manssur, lembra que essa questão também interessa a holdings familiares ou empresas que têm um ramo imobiliário e se desfazem de imóveis que não utilizam mais no negócio. "Esse assunto é de recorrência semanal. Os clientes têm muitas dúvidas com relação à tributação. Alguns desistiam de vender pela tributação absurda", afirma.

Do ponto de vista fiscal, a mudança é significativa, de acordo com a advogada Vivian Casanova, sócia de direito tributário do BMA Advogados. A fiscalização da **Receita Federal**, acrescenta, vinha autuando empresas que não apuravam essas vendas como ganho de capital. "O entendimento que existia até então era de que a mera reclassificação contábil do ativo não circulante para o ativo circulante não modificaria a tributação como ganho de capital." Para ela, houve uma mudança significativa no entendimento da Receita. O órgão passou a considerar, afirma, que a receita decorrente da alienação de um imóvel, ainda que esteja temporariamente registrado no ativo não circulante, compõe o resultado operacional e a receita bruta, independentemente de reclassificação contábil. "Com isso, a tendência é que não haja mais autuação e que a jurisprudência do **Carf [Conselho Administrativo de Recursos Fiscais]** seja pacificada de forma favorável aos contribuintes." De acordo com o advogado Thiago Laguna, sócio da área tributária do Dib Almeida Laguna Manssur, existia divergência nos julgados do **Carf** sobre o tema. Em um caso analisado em julho de 2017 pela 3ª Câmara, da 2ª Turma Ordinária, da 1ª Seção, os conselheiros entenderam que a venda desses imóveis estava sujeita à apuração de ganho de capital (acórdão nº 1302-002-327). Já em

2018, a 1ª Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais julgou de acordo com o novo entendimento da Receita (acórdão nº 1301 -003.022).

A nova interpretação está mais de acordo com a realidade do mercado e com as normas contábeis vigentes, afirma o advogado Thiago Marigo de Castro, sócio da equipe tributária do Freitas Leite Advogados. "Esse assunto era quase um tabu na **Receita Federal** e, pela primeira vez, admitiram que as empresas podem sim vender seus imóveis que já estiveram em seu ativo imobilizado, sem que isso represente ganho de capital", diz.

A solução de consulta, contudo, afirma Rodrigo Dias, do Secovi-SP, traz uma exceção que ainda preocupa as empresas. Trata-se da venda de sede de empresa. Nesse caso, segundo o órgão, a operação deve ser tributada como ganho de capital. Para o advogado, porém, não há impedimento legal para que uma empresa de eventos, por exemplo, com atividades paralisadas em decorrência da pandemia, possa mudar seu objeto social para abranger compra e venda de imóveis e possa comercializar um bem dentro das novas regras para tributação. "Não faz o menor sentido que se tribute como ganho de capital."

O texto ainda faz a ressalva de que a pessoa jurídica que tem como objeto a exploração da atividade imobiliária está sujeita à incidência cumulativa de PIS e Cofins, mediante a aplicação das alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente, em relação à receita bruta auferida com a venda de imóveis próprios, mesmo na hipótese de os bens já terem sido utilizados para locação a terceiros. "É importante lembrar que estão sujeitas a essa tributação", diz Vivian Casanova.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186783?page=1§ion=1

Vendas à Zona Franca geram créditos de PIS e Cofins

Beatriz Olivon De Brasília

A Sertão Alimentos, especializada no abate e comercialização de aves, obteve na Justiça o direito de apurar créditos de PIS e Cofins sobre vendas efetuadas à Zona Franca de Manaus e áreas de livre comércio no Norte do país - como Boa Vista e Bonfim, ambas em Roraima. A sentença é da 2ª Vara Federal de Araraquara (SP), que equiparou o envio de produtos a essas regiões a exportações.

Na ação, a empresa alega que a **Receita Federal** não reconhece administrativamente esses créditos tributários e requereu o direito à compensação. O caso trata de crédito presumido, por envolver insumos não tributados. A legislação autoriza o benefício em exportação.

Em sua defesa, a Fazenda Nacional afirma que a empresa pede a isenção de todas as vendas de mercadorias nacionais ou estrangeiras para pessoas físicas e jurídicas situadas na Zona Franca de Manaus. O que, acrescenta, caracterizaria indevido alargamento da hipótese prevista no Decreto-lei nº 288, de 1967, que traz isenção de Imposto de Exportação para algumas situações.

Na decisão, porém, o juiz Mareio Cristiano Ebert, da 2ª Vara Federal de Araraquara, afirma que às mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus se aplica o mesmo tratamento tributário destinados às exportadas, conforme o artigo 4º do decreto-lei. E que a Lei nº 12.350, de 2007, assegura créditos presumidos às empresas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa de PIS e Cofins que produzam determinados tipos de mercadorias (entre elas aves congeladas) destinados à exportação.

Apesar de anterior, a previsão do decreto-lei foi recepcionada pela Constituição Federal, segundo o juiz. O artigo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) assentou as características da Zona Franca por 25 anos, a partir da sua publicação. O prazo foi ampliado por mais dez anos e depois por mais 50, garantindo as características da área até 2073.

De acordo com Pedro Jardim, sócio da Tax Advice, que representou a Sertão Alimentos na ação, o pedido é para créditos a que a empresa teria direito desde

2016, ano em que iniciou suas atividades. "**A Receita Federal** ainda restringe o acesso a benefícios de crédito presumido para os setores que trabalham com a Zona Franca", diz.

O pedido, explica o advogado, não era para ter isenção de PIS e Cofins em qualquer operação destinada à Zona Franca de Manaus ou para outras áreas de livre comércio, mas para garantir o direito a crédito presumido, equiparando essas vendas a exportações (processo nº 5000060-98.2021.4.03.6120).

Para o advogado Fabio Calcini, sócio do Brasil, Salomão e Matthes, as leis não falam claramente sobre a equiparação da Zona Franca à exportação para fins de créditos de PIS e Cofins. "Existe um decreto que fala da zona de exportação, uma lei que fala do crédito presumido quando houver exportação, mas a interpretação que se tem de exportação, como regra, sobretudo pela Receita, é restritiva. Há controvérsias sobre isso. É uma construção a partir de dispositivos que se encaixam", afirma ele, acrescentando que a questão afeta especialmente o agronegócio.

Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186783?page=1§ion=1

Saúde pública e saúde fiscal (3)

Cuidar de uma dívida bruta de R\$ 6,35 trilhões e manter a confiança dos credores será uma das tarefas mais duras do governo federal em 2021. Será um trabalho especialmente complicado, com os financiadores tentando impor, em cada rolagem, prazos menores e juros maiores, como vêm fazendo há algum tempo. Fevereiro terminou com previsão de vencimento de R\$ 2,38 trilhões em um ano.

Isso equivale a 37,46% do total.

No último balanço, a dívida federal correspondeu a 84,66% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Mas o valor usado mais comumente para as comparações internacionais - e para as avaliações do mercado - é o da dívida bruta do governo geral, no valor de R\$ 6,74 trilhões, ou 90% do **PIB**. Isso inclui as contas federais, estaduais e municipais e as do **INSS**. Mas o resultado geral depende principalmente do poder central.

A dívida crescerá enquanto o gasto público, no dia a dia, for maior que a receita, isto é, enquanto houver déficit primário.

Só quando houver superávit sobrar dinheiro para cobrir pelo menos uma parte dos juros e, talvez, do principal. Isso dificilmente ocorrerá durante o próximo mandato presidencial. O governo central fechou o primeiro bimestre no azul, com saldo primário positivo de R\$ 20,65 bilhões, mas isso é normal no começo do ano.

Incluídas as contas de Estados e municípios e também das estatais, o saldo consolidado do setor público foi um superávit primário de R\$ 46,60 bilhões até fevereiro. Somados os juros, o resultado geral, ou "nominal", foi um déficit de R\$ 23,04 bilhões, bem melhor que o de um ano antes, quando o buraco chegou a R\$ 30,23 bilhões.

O desafio fica mais claro quando se examina o estrago acumulado em um ano, com os gastos e o endividamento bem maiores do que o governo planejava no começo de 2020. O déficit primário do governo central atingiu R\$ 743,19 bilhões, ou 9,91% do **PIB**, nos 12 meses terminados em fevereiro. Um ano antes esse déficit, em valores da época, era de R\$ 85,32 bilhões, ou 1,16% do **PIB**. Em fevereiro deste ano, o déficit nominal do governo central acumulado em 12 meses chegou a R\$ 1,02 trilhão. Com o desempenho pouco melhor dos entes subnacionais, o buraco total do setor público ficou em R\$ 1,01 trilhão, equivalente a 13,45% do valor da produção interna.

O enorme ajuste necessário dependerá de muito cuidado na execução orçamentária e de uma firme recuperação da receita durante o ano. Essa recuperação dependerá, em boa parte, do ritmo da economia. O ritmo será determinado, em primeiro lugar, pela evolução do consumo.

O orçamento familiar continua muito apertado. Havia 14,3 milhões de pessoas desempregadas no trimestre encerrado em janeiro. Além disso, a maior parte da ocupação criada no fim do ano ocorreu no mercado informal.

Mesmo entre os ocupados, portanto, o potencial de consumo continua muito baixo. O problema deve ser atenuado com o pagamento de auxílio emergencial, mas, ainda assim, a sustentação do crescimento econômico e, portanto, da arrecadação tributária, permanecerá precária.

O País continua a enfrentar "um ano bastante desafiador" para a saúde das pessoas e para a saúde das contas públicas, segundo mensagem do Tesouro Nacional. A referência aos dois problemas de saúde é uma boa síntese da situação. A retomada continua a depender da vacinação e de outras medidas de contenção da covid-19. Qualquer novo surto pode entravar a recuperação econômica.

Os principais economistas do governo sabem disso, mas o presidente Jair Bolsonaro continua estimulando a rápida abertura dos negócios, contrariando governadores e prefeitos. Se umas tantas pessoas morrerem, paciência - essa tem sido sua orientação. Mas essa opinião, além de desumana, é economicamente irrealista, como tem mostrado a experiência de vários países.

A equipe econômica terá de cuidar das contas públicas em condições muito desfavoráveis.

Terá de remontar um Orçamento estraçalhado no Congresso, resistir a pressões por maiores gastos e contornar a insegurança criada pelo presidente. Não pode haver hesitação, no entanto, quando o setor público deve 90% do **PIB**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Crise orçamentária causa atrito entre Guedes e Lira e divide governo



Lira e Guedes: tensão entre presidente da Câmara e ministro cresceu com demanda por corte nas emendas parlamentares

Cristiano Romero

A descoberta de que o Congresso aprovou o Orçamento Geral da União (OGU) de 2021 com irregularidades criou um impasse em Brasília, cujo desfecho é imprevisível. A crise envolve os dois ministros mais importantes do governo - Paulo Guedes, da Economia, e Rogério Marinho, do Desenvolvimento Regional - e os principais aliados do presidente Jair Bolsonaro.

A depender do desenlace, o episódio pode ter consequências imediatas na economia e nas eleições de 2022, cujo calendário político vem sendo antecipado devido a três razões: a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular condenações judiciais sofridas pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), devolvendo ao petista o direito de se candidatar; o agravamento da pandemia; e o desgaste do governo na gestão da crise sanitária.

Nos últimos dias, surgiram informações de que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro Paulo Guedes se desentenderam por causa do impasse criado pela lei orçamentária aprovada no dia 21 de março. A contenda, segundo apurou o Valor, é parcialmente verdadeira, mas vai além disso.

Desde que assumiu o comando da Câmara, Lira estabeleceu excelente e produtiva relação com

Guedes. Os dois têm em comum o interesse, raro na política brasileira, de aprovar a agenda liberal que tramita no parlamento. Na capital da República, projetos considerados impopulares só andam no Congresso sob duas condições: quando há vontade política do presidente eleito, isto é, comprometimento real com as propostas enviadas ao Poder Legislativo, e capital político, que todo chefe do Executivo possui ao chegar ao Palácio do Planalto.

No primeiro ano de mandato, Bolsonaro teve capital político para aprovar a mais impopular das reformas: a da Previdência, que mexeu em direitos dos trabalhadores e funcionários públicos. Devido a embates com aliados e a sociedade civil e ao negacionismo que devota à pandemia que, até o dia 1-de abril, provocou a morte de 331.530 pessoas no Brasil, segundo dados do consórcio de veículos de imprensa, o presidente já perdeu grande parte de seu capital político

No caso da atual legislatura (2021-2022), o apoio dúbio de Bolsonaro à agenda liberal vem sendo compensado justamente pela aliança estratégica firmada entre Lira e Guedes, apoiada, também, por um personagem da política desconhecido até dois meses atrás, mas que começa a despontar como uma liderança importante no cenário nacional - o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Representantes do chamado Centrão, Lira e Pacheco foram eleitos presidentes das duas Casas do parlamento com apoio de Bolsonaro. Apesar disso, ambos têm estabelecido distância "regulamentar" do Palácio do Planalto. Lira é o principal interlocutor político do presidente, que, embora tenha vencido o pleito de 2018 filiado o PSL, hoje está sem partido.

A aliança Lira-Guedes criou as condições para, em apenas dois meses, a Câmara aprovar projetos da agenda liberal considerados, historicamente, impopulares: a independência do Banco Central; a nova Lei do Gás, que cria condições para promover concorrência entre fornecedores nesse mercado, uma antiga reivindicação do setor industrial; a derrubada de dispositivos vetados no marco legal do saneamento básico, medida que deve destravar investimentos privados no setor; e a PEC emergencial, que, apesar das críticas feitas por especialistas, evitou o fim do teto de gastos e instituiu mecanismos para Estados e

municípios lidarem com crises fiscais.

Favoráveis ao fim da vinculação de receitas para o pagamento de despesas como saúde e educação, que hoje impede que Congresso e governo, justamente os dois Poderes eleitos pelo voto popular, tenham poder relevante para definir as prioridades do Orçamento da União, Lira e Guedes convenceram o relator da PEC emergencial no Senado, Márcio Bittar (DEM-AC), a incluir a desvinculação na emenda.

Dados oficiais mostram que, em 2019, a participação das despesas obrigatórias no gasto primário (conceito que não inclui desembolso com juros da dívida pública) chegou a 93%. Neste ano, de acordo com a lei orçamentária aprovada pelo Congresso, pode chegar a 98% do total. A crescente rigidez fez o ex-secretário do Tesouro Mansueto Almeida afirmar que "o Brasil é administrado por um software".

Para fechar as contas, governo e parlamento tradicionalmente cortam investimentos públicos. Como o tema do fim das vinculações é um dos maiores tabus instituídos no país desde a promulgação da Constituição de 1988, o senador Márcio Bittar retirou a proposta da PEC emergencial.

Consciente do esforço da Câmara em aprovar projetos controversos num espaço curto de tempo, Lira negociou com o ministro Paulo Guedes a liberação de mais recursos do Orçamento para emendas parlamentares individuais e coletivas (de bancada estadual). A execução desses gastos é obrigatória, conforme determina a Constituição. São recursos de aplicação automática, portanto, não podem ser cortados ou contingenciados.

Ficou acertado com Guedes, então, que as emendas parlamentares seriam contempladas com R\$ 16 bilhões, por meio do seguinte arranjo: R\$ 8 bilhões na lei orçamentária e outros R\$ 8,4 bilhões, podendo chegar a R\$ 9 bilhões, na PEC emergencial, que instituiu crédito extraordinário (uma exceção ao teto) de R\$ 44 bilhões para o enfrentamento da pandemia. Do total, R\$ 35 bilhões vão pagar o novo auxílio emergencial e o restante, emendas parlamentares.

O relator do Orçamento acresceu, porém, R\$ 15,5 bilhões em emendas dos parlamentares, elevando essa rubrica para R\$ 31,5 bilhões. Como o teto de gastos impede a criação de novas despesas, Bittar subestimou algumas despesas obrigatórias para fechar a conta.

Um exemplo flagrante é o salário mínimo, que define o piso pago pela **Previdência Social** a cerca de 22 milhões de pessoas. Bittar estimou despesas com salário mínimo de R\$ 1.067, sendo que, em janeiro, o

valor foi reajustado para R\$ 1.100.

A "solução" encontrada pelo relator é ilegal. Bittar alega que fez o relatório com a anuência do Ministério da Economia. De fato, é sempre possível subestimar alguma despesa obrigatória, mas não no montante fixado pelo senador. A equipe econômica calcula que os gastos obrigatórios foram subestimados em R\$ 17,5 bilhões.

Em entrevista ao colunista Ribamar Oliveira, durante "Live do Valor", o ex-secretário do Tesouro Nacional Carlos Kawall, acompanhado de Mansueto Almeida, disse que a irregularidade aprovada pelo Congresso provocaria o "apagão das canetas". Escaldados pelas "pedaladas fiscais", expediente igualmente ilegal que acabou sendo usado como justificativa técnica para o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, funcionários do Tesouro, observou Kawall, não assinarão doravante nenhum ordenamento de despesa.

Em conversas com parlamentares, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) levantou a possibilidade de o presidente Bolsonaro sofrer processo por crime de responsabilidade, caso sancione a lei com despesas obrigatórias subestimadas.

Na semana passada, Arthur Lira reuniu-se com Guedes, os senadores Rodrigo Pacheco e Márcio Bittar e o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), 1º vice-presidente da Câmara. No encontro, perguntou a Guedes se o governo não ia cumprir o acordo fechado sobre as emendas. O ministro reafirmou o compromisso, mas advertiu que o Congresso engordou o valor total em R\$ 17,5 bilhões, subestimando despesas obrigatórias e, assim, tornando o orçamento "inexequível".

Lira, então, perguntou a Bittar por que ele dobrou o volume previsto para bancar as emendas. Constrangido, Bittar disse que é muito próximo da cúpula do governo e que, por essa razão, atendeu a pedidos do Palácio do Planalto. Lira quis saber a quem ele atendeu e o que faria, agora, para resolver o problema.

O senador contou que a maioria das demandas veio do Roma, apelido do ministro Rogério Marinho, desafeto de Paulo Guedes e maior defensor dentro do governo do aumento de investimento público, mesmo que às custas da piora da grave situação fiscal enfrentada pelo país.

Na mesma reunião, Bittar, pressionado, disse que cortaria R\$ 6 bilhões. O ministro Paulo Guedes, ainda com apoio de Lira, advertiu que isso não resolveria o

problema porque o Orçamento continuaria com rombo de R\$ 11,5 bilhões. Num ambiente tenso, o relator elevou sua proposta de corte para R\$ 10 bilhões. O presidente da Câmara, conhecido por sua impaciência, voltou-se para o senador: "Tem que devolver os R\$ 15 bilhões".

Em carta enviada a Bolsonaro, Bittar informou, em tom de justificativa, afinal, vieram do Palácio do Planalto e de Rogério Marinho as demandas por mais dinheiro para emendas, que, "após reflexões entre lideranças e as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado", decidiu cancelar R\$ 10 bilhões e devolver o restante do problema ao Ministério da Economia.

A fricção, inédita até então no relacionamento entre Lira e Guedes, escalou a partir daí. A razão é simples: depois de consultar sua equipe, o ministro avisou a Lira que o veto que Bolsonaro precisará fazer para reequilibrar o Orçamento não se limita a R\$ 6 bilhões, que, somados aos R\$ 10 bilhões cortados por Bittar, em tese eliminaria o volume adicional incluído no Orçamento.

A solução técnica é o veto integral das emendas parlamentares. Ao mesmo tempo em que teve encontro difícil com Rogério Marinho, quando, segundo apurou o Valor, reclamou duramente dos pedidos de gastos feitos ao relator do Orçamento, Guedes explicou ao presidente da Câmara que não há outro caminho. Mesmo garantindo a Lira que, após o veto, seria possível restabelecer o acordo original e, portanto, o pagamento de R\$ 16 bilhões previstos nas emendas, o ambiente só se deteriorou desde então.

Reabrir a discussão das emendas é um problema de grande dimensão para Lira, por mais de uma razão. Ele fechou dezenas de acordos em torno das emendas depois de intensas negociações com seus aliados na Câmara. Aceitos políticos envolvem sempre ganhadores e perdedores. Quem perdeu lutará agora para ganhar, uma vez que a disputa por verbas será reaberta.

Outro obstáculo: Roma também negociou acordos, avalizados por Bolsonaro, quando apresentou seus pedidos de emenda a Bittar. O objetivo de cada centavo incluído no Orçamento é um só: ampliar a base de apoio do presidente para que ele chegue a 2022 com condições para disputar a reeleição. A questão agora é: Bolsonaro e Roma abrirão mão de sua estratégia político-eleitoral?

Como a execução das emendas é obrigatória, e não autorizativa como o restante dos investimentos previstos no Orçamento, já foi dada a largada para a realização dos gastos. O veto integral paralisaria e eliminaria tudo o que está previsto e o que já foi

iniciado.

O impasse orçamentário ocorre num dos melhores momentos de Paulo Guedes desde que chegou a Brasília, na avaliação de assessores do ministro. As propostas liberais avançam no Congresso e o processo de vacinação dá sinais de aceleração, duas condições para a economia brasileira sair do atoleiro em que se encontra.

Uma dúvida paira na capital da República nesta crise: se agiu com a anuência de Bolsonaro, Rogério Marinho não estaria inviabilizando a permanência de Guedes no governo? Na semana que passou, o ministro procurou o presidente para manifestar seu desconforto com a movimentação de Roma e o consequente "apagão das canetas". Bolsonaro teria tranquilizado seu ministro da Economia, mas o fato é que a crise ainda não acabou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Renúncia não é desonra (2)

Antonio Cláudio Mariz de Oliveira

Em nossa História, alguns governantes renunciaram ao mandato: dom Pedro I, marechal Deodoro da Fonseca, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello. Renúncias voluntárias. Voluntariedade relativa. Em princípio, ninguém deixa o poder voluntariamente.

Circunstâncias imponderáveis conduzem a essa extrema decisão. Getúlio renunciou duas vezes. Em 1945 não tinha mais condições para governar, após exercer o poder por 15 anos. A ditadura não poderia continuar, pois tropas brasileiras haviam lutado na Itália pela restituição da liberdade e da democracia no mundo.

Sua segunda renúncia foi à vida, para não sofrer a humilhação da deposição.

Jânio Quadros queria o poder absoluto. Não conseguia se adaptar aos limites impostos pelos outros Poderes do Estado. Suas determinações, dentro de sua concepção autoritária, não poderiam passar por nenhum outro juízo de apreciação.

Sem maiores dificuldades, pode-se encontrar uma clara analogia entre as razões da renúncia janista e algumas manifestações do atual presidente e de seus seguidores, dirigidas contra o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

Ontem, como hoje, a repartição de Poderes se choca com o desejo de exercer o poder ilimitado.

Fernando Collor fez a opção, na tentativa de manter os seus direitos políticos. Foi em vão, pois os perdeu.

Dom Pedro I precisou voltar a Portugal, para combater seu irmão dom Miguel e entregar a coroa a sua filha dona Maria da Glória.

O marechal Deodoro, monarquista, proclamou a República e governou em circunstâncias reveladoras da sua limitada compreensão do que acontecia quando da proclamação, e de suas atribuições como presidente.

Atualmente, salta aos olhos a visão obscura e distorcida da realidade daqueles que nos governam, com foco exclusivo na imposição de sua vontade.

O autoritarismo sempre vem acompanhado por

algumas máximas, que também revelam a aversão pela democracia.

Assim, todo exercente do poder despótico afirma: quem governa sou eu, o meu exército, o meu país, eu tenho a caneta, eu tenho a chave, eu mando - e tantas outras expressões denotadoras de um espírito absolutista.

Florian Peixoto, embora não tenha renunciado, era portador das mesmas tendências absolutistas. Certa feita, interpelado por assessores no sentido de que os ministros do Supremo Tribunal concederiam habeas corpus a oficiais investigados por terem participado da Revolta da Armada, perguntou aos seus interlocutores: "E quem irá conceder habeas para os ministros do Supremo?".

Um filme também visto nos nossos dias.

Todas essas reações provêm da impossibilidade de conciliação entre o pensamento individual elevado à categoria de verdade única e o pensamento discordante, que é sempre considerado falso e mendaz. Não admitir contrariedade, ter autoestima exacerbada e uma tendência para o antagonismo beligerante são marcas do antidemocrata de raiz.

Muito bem, na atualidade, a crise de saúde produz efeitos que se espalham e atingem outros setores da vida nacional: economia, relacionamento interpessoal, relações estrangeiras, esportes, hígidez das instituições, paz social e tantas outras.

Os problemas estão se avolumando, sem que tenhamos alguma resposta para sua solução ou contenção. A inação é quase absoluta. Salvo atos de solidariedade, a sociedade está perplexa e inerte.

A aquisição e aplicação de vacinas - aliás, as duas ações lentas e precárias - são os únicos atos oficiais praticados. Não há um plano, não há uma palavra de alento, não há um gesto de esperança.

Assiste-se, isso sim, à chocante e estúpida negação do problema sanitário. Ademais, o desprezo pelas mortes e, como consequência, o descaso pela vida, o desfilar de bravatas e fanfarrices ao agrado de uma plateia contaminada pelo ódio e pela intolerância, que perdeu o senso humanitário e a capacidade de crítica, provocam grande desalento e um justo desejo coletivo de uma mudança substancial.

A única reação meritória ao vírus está sendo adotada pelos heroicos gestores e operadores da saúde. Eles são dignos e merecedores da eterna gratidão do povo brasileiro. Que tenham forças para continuar a nos amparar.

Parece ser desnecessário julgar.

Criticar não é preciso.

Apontar os erros e os malfeitos é inócuo, pois já se concretizaram.

A inimaginável catástrofe que se abate sobre nós fala por si. A falta de condução e de gerenciamento em todos os setores é flagrante e as consequências são eloquentes. A nau está sem rumo.

É preciso mudar. E mudar já. O avanço da pandemia e a derrocada da economia não serão estancados de pronto. Certeza de êxito com a mudança não se terá. Mas não há nenhuma possibilidade de haver uma situação pior.

É uma honra presidir o Brasil.

Mas antecipar a saída da Presidência não constitui desonra.

Em certas circunstâncias ao contrário, demonstra desprendimento, respeito pelo povo e amor ao Brasil.

Senhor presidente, em face da atual situação, a sua renúncia não será considerada uma capitulação, mas sim um ato de grandeza.

Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, ADVOGADO
CRIMINALISTA

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Desigualdades no saneamento (3)

O saneamento é o setor que expõe mais dramaticamente as contradições sintetizadas na fórmula popular "Belíndia" - o país quimérico com leis e **impostos** da pequena e rica Bélgica e com a realidade social da imensa e pobre Índia. Ao apresentar a última edição do Ranking do Saneamento, o presidente do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, advertiu: "Vimos com preocupação que os municípios mais bem colocados se mantêm entre os que mais investem, enquanto as cidades que mais precisam evoluir persistem com baixos investimentos em água e esgotos. Se nada mudar, ampliaremos a noção de termos dois 'Brasis': o dos com e o dos sem saneamento".

O Ranking confirma que o País mantém quase 35 milhões de brasileiros sem serviços de água tratada e 100 milhões sem coleta de esgoto. O Brasil despeja a cada dia 5,3 mil piscinas olímpicas de esgoto em suas águas. O quadro é chocante. Entre 2012 e 2019, a população com acesso à água, por exemplo, evoluiu apenas 1 ponto porcentual (de 82,7% para 83,7%).

Há ainda as desigualdades regionais.

Norte e Nordeste não têm nenhum município entre os 20 melhores e têm 11 entre os 20 piores.

Em relação ao fornecimento de água, a média dos 20 melhores municípios é de 99,4%, enquanto para os 20 piores é de 76,9%. No indicador de esgoto, a média dos melhores é de 54,1%; dos piores, 25,6%. Nas perdas de faturamento, os melhores têm uma média de 24,9%; os piores, 58,6%. Quanto às perdas na distribuição, a média dos melhores já é alta para os padrões internacionais, 30%, mas a dos piores é de 52,3%. Em relação às piores cidades, as melhores têm um desempenho 70,4% superior na coleta de esgoto e 67,1% superior no tratamento.

O Plano Nacional de Saneamento Básico estima a necessidade de um investimento anual de R\$ 113,30 per capita pelos próximos 15 anos para atingir a universalização dos serviços.

Mas, entre 2015 e 2019, as piores cidades investiram R\$ 31,45 (72% abaixo da meta). Entre 2014 e 2018, o Sudeste, a região que tem a melhor cobertura, respondeu por 54,6% dos investimentos, enquanto Nordeste e Norte, as mais carentes, responderam, respectivamente, por 17,3% e 3,7%. O instituto estima que 24 das 27 unidades da Federação precisarão ampliar investimentos para atingir a meta de

universalização em 2033, estabelecida pelo Novo Marco do Saneamento no ano passado.

Ao abrir o mercado à livre concorrência, incentivar a prestação regionalizada dos serviços e racionalizar o quadro regulatório, o Novo Marco cria condições para que os investimentos cresçam em média 4,1 vezes, segundo estimativas do Trata Brasil.

Mas, para que essa janela de oportunidades seja definitivamente aberta, falta consumir o quadro regulatório infralegal.

Uma pesquisa feita pelo instituto com as agências reguladoras do setor estimou os principais desafios a serem vencidos nos próximos dois anos pela Agência Nacional de Águas no estabelecimento das normas de referência.

Entre os desafios considerados "extremamente relevantes" destacaram-se a autonomia financeira, a autonomia administrativa e o quadro de pessoal.

Em relação a este último ponto, mais da metade dos servidores das agências não é concursada, o que é visto como principal motivo da alta rotatividade, dificultando a transferência e retenção do conhecimento de regulação e a continuidade das atividades regulatórias.

Há ainda uma preocupação acentuada com a "interferência política". "Interferências desse tipo comprometem a finalidade e aumentam a percepção de risco ao investidor, afugentando investimentos essenciais para a universalização", advertiu Édison Carlos.

O saneamento é possivelmente o setor de infraestrutura com maior perspectiva de investimento e potencial para ajudar na retomada econômica do País. Há uma evidente demanda reprimida. Se o trabalho regulatório for bem feito, o Brasil tem todas as condições para universalizar o saneamento básico. Garantir a fonte primordial de toda vida - a água - e as condições básicas de higiene - o esgoto - é o primeiro e mais importante passo para superar as contradições da "Belíndia".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Para Receita, regra do código tributário foi desrespeitada

As igrejas têm imunidade constitucional contra a cobrança de **impostos** - que é só um tipo de tributo e não engloba as contribuições.

O Código Tributário Nacional (CTN), por sua vez, condiciona a imunidade tributária à não distribuição de "qualquer parcela do patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título".

Ao detectar que as igrejas vinham distribuindo parte dos lucros obtidos com o dízimo dos fiéis, mesmo que de forma disfarçada por meio de contratos de prestação de serviços, a Receita entendeu que a imunidade estava afastada para esses casos - e passou a atuar de forma rigorosa.

Os dados obtidos pelo Estadão/ Broadcast mostram que as igrejas devem R\$ 270,8 milhões em Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ); R\$ 125,9 milhões em PIS/Cofins; R\$ 101,9 milhões em Imposto de Renda Retido na Fonte (descontados dos empregados e não repassados à Receita); e R\$ 90,4 milhões em Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Há ainda dívidas relacionadas a FGTS, contribuições ao Sistema S e ao salário-educação.

Na mesma lei que buscou livrar a prebenda de cobranças do Fisco, os parlamentares aprovaram isenção de CSLL. Esse dispositivo precisou ser vetado pelo presidente Jair Bolsonaro para evitar crime de responsabilidade, passível de impeachment, devido ao impacto fiscal. Em março, o Congresso derrubou o veto, gerando fatura de R\$ 1,4 bilhão em isenções até 2024.

Especialistas chamaram a atenção para o fato de essa mudança ter sido aprovada dias depois de a equipe econômica fazer esforço pela aprovação, na PEC emergencial, de artigo que exige do governo a apresentação de um plano para cortar subsídios à metade em oito anos.

Na avaliação de técnicos do governo, a sucessão de eventos transmitiu a mensagem de que o plano de redução de renúncias tributárias é "para inglês ver". Além da isenção futura, a derrubada do veto vai extinguir dívidas geradas a partir da CSLL. Ao Congresso, a Receita informou que o passivo que será perdoado é de R\$ 221,94 milhões, mas cálculos atualizados, que incluem questionamentos na esfera

administrativa, apontam para até R\$ 450 milhões. Fora cobranças envolvendo a CSLL que estão sob responsabilidade da PGFN, de R\$ 90,4 milhões. /I.T.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cooperativas querem lei de falências própria



Evair de Melo (PP-ES): recuperação judicial para o segmento é prioridade da Frente Parlamentar do Cooperativismo

Rafael Walendorff De Brasília

O setor cooperativista quer criar uma lei específica para a recuperação judicial e falência das cooperativas. Parlamentares e juristas já articulam ideias no Congresso Nacional, e representantes do segmento afirmam que a mudança, se ocorrer, deve melhorar o ambiente de crédito para as cooperativas, em especial as pequenas e médias.

Diferentemente das empresas, que podem estruturar um plano para tentar se reerguer judicial ou extrajudicialmente em momento de dificuldades financeiras ou ter sua falência decretada para que haja o pagamento de dívidas a credores, as cooperativas têm um modelo societário distinto e regras diferentes. Para as centrais, a única opção é a dissolução e liquidação, que só pode ser requerida pelos associados. O cooperativismo agropecuário ficou de fora da recém-reformada Lei de Recuperação Judicial (14.112/2020), que incluiu os produtores rurais pessoas físicas no rol dos elegíveis para uso desse instrumento.

Para Lúcio Feijó Lopes, que coordena a área de operações financeiras do escritório Feijó Lopes Advogados, a regra atual espanta investidores e trava a recuperação e o crescimento de algumas cooperativas agropecuárias pelo país. "Uma lei que permita sanar a inadimplência antes que se decreta a liquidação seria uma ferramenta saudável e faria a percepção de risco diminuir", afirma ele. "A medida seria benéfica para as cooperativas, que teriam uma opção a mais para manter suas operações, para os cooperados, que não querem se envolver em um processo de liquidação nem ficar marcados por isso, e para o mercado, que teria mais segurança para fomentar o setor".

O advogado argumenta ainda que a lei que rege o cooperativismo, de 1971, não previa um salto econômico tão forte do setor. Só o ramo agropecuário conta hoje com mais de 1,2 mil cooperativas, que, somadas, têm quase 1 milhão de cooperados e geram 207 mil empregos. Em 2019, o segmento movimentou mais de R\$ 11 bilhões com o pagamento de **impostos** e salários. Essas centrais têm ativos que totalizam R\$ 132 bilhões, e seu patrimônio líquido já é de mais de R\$ 46 bilhões.

"A lei não abre a possibilidade de o credor entrar com o pedido de falência da cooperativa. Com isso, ele fica de mãos atadas, sem ter como pressioná-la para poder receber seu pagamento", afirma Lopes.

A consequência disso, continua ele, é uma fuga dos financiadores das pequenas e médias cooperativas, que não têm grandes ativos, recursos em caixa ou refinados sistemas de governança. Essas entidades acabam sobrecarregando o financiamento público do governo ou se financiando com a própria produção dos cooperados, o que eleva ainda mais o risco de endividamento.

"Essas cooperativas ficam expostas à variação dos preços das commodities e acabam se inviabilizando", acrescentou Feijó. "Deve haver um bom número de pequenas e médias cooperativas em situação financeira delicada. Muitas ficaram no meio do caminho, moribundas e não-operacionais. Não pediram liquidação nem pagaram os credores".

Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), o deputado Evair de Melo (PP-ES) disse que essa é uma das ações prioritárias para a atuação do grupo no Congresso Nacional neste ano. O primeiro passo para isso, já vencido, afirma ele, foi derrubar um veto do presidente Jair Bolsonaro à Lei de Falências e resguardar os créditos decorrentes do ato cooperativo.

"É preciso considerar que as sociedades cooperativas são regidas por legislação própria e por princípios específicos desse modelo de negócio, como a dupla qualidade de seus cooperados que assumem tanto a posição de usuários dos serviços prestados como a de donos do negócio", explicou o deputado ao Valor. "No ambiente cooperativista, ao contrário do que ocorre nas empresas tradicionais, os interesses de credor e devedor são paralelos e complementares", acrescentou.

O parlamentar revelou que a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) já se dedica à elaboração de um texto de projeto de lei para contemplar as particularidades do sistema cooperativista. "Estamos trabalhando para ter um texto específico de recuperação judicial das cooperativas porque o texto genérico não contempla o modelo societário pelo qual elas são regidas. Temos particularidades, e não podemos tratar no texto genérico", afirmou Melo. "As cooperativas têm conseguido as ferramentas de gestão, e são raríssimos os casos de necessidade de recuperação. Queremos uma proteção caso isso venha a acontecer para que não tenhamos dúvida jurídica sobre como proceder".

Segundo o presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, a preservação do ato cooperativo na nova lei evitou impactos negativos não apenas para as cooperativas, mas para todo o setor produtivo. "Caso o veto fosse mantido feríamos algumas consequências importantes como, por exemplo, o aumento do custo do crédito, a queda no incentivo ao financiamento e o aumento da burocratização para acesso aos recursos", disse. "Isso sem contar a insegurança jurídica e os casos de judicialização que, com certeza, se acabariam se multiplicando".

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186783

Orçamento deve ter corte de R\$ 15 bilhões



Rosana Hessel

As áreas econômica e política do governo e o Congresso conseguiram chegar a um acordo sobre o Orçamento deste ano. Foi o que disse a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, sem, porém, adiantar o valor exato do corte a ser feito para evitar o risco de uma condenação do presidente Jair Bolsonaro pelo Tribunal de Contas da União (TCU) por crime de responsabilidade fiscal. A Corte foi acionada por parlamentares, no último dia 29 de março, para dar um parecer sobre as diversas irregularidades da peça, considerada inexecutável. A data limite para o presidente Jair Bolsonaro aprovar ou vetar o documento é 22 de abril.

Segundo a ministra, que ainda não tomou posse oficialmente, o acordo político foi fechado depois de uma série de reuniões entre ela, os presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), o relator do Orçamento, senador Márcio Bittar (MDB-AC), e integrantes da equipe econômica. Fontes do governo asseguram que foram fechadas as condições para que o governo promova um corte de pelo menos R\$ 15 bilhões, além dos R\$ 10 bilhões que o relator se comprometeu de reduzir dos R\$ 26,5 bilhões as emendas parlamentares. Bolsonaro deixou para bater o martelo sobre o resultado das negociações a partir de hoje.

Flávia, inclusive, conversou com Bruno Dantas, ministro do TCU, relator do processo que investiga a denúncia dos parlamentares para as irregularidades no Orçamento - que ressaltaram a não priorização dos gastos com a pandemia da covid-19. E apontaram maquiagem contábil e contabilidade criativa.

Instabilidade

A área econômica já havia sugerido a Bolsonaro uma série de vetos, a fim de evitar o descumprimento das regras fiscais. As contas públicas estão no vermelho desde 2014 e a dívida pública bruta, em fevereiro, alcançou o maior patamar da história: 90% do Produto Interno Bruto (**PIB**), percentual bem acima da média dos países emergentes, de 50%.

Em entrevista ao Correio, publicada ontem, o ex-diretor do Banco Central e CEO e sócio da gestora Mauá Capital, Luiz Fernando Figueiredo, apontou a questão fiscal como o principal fator de instabilidade no câmbio e na confiança de investidores, que já cobram prêmios de risco cada vez mais altos para os títulos do Tesouro Nacional, e bem acima do esperado, considerando apenas o risco-país.

Ele lembrou que, por conta do desequilíbrio fiscal, resultado de um Estado inchado e que gasta 40% do **PIB**, o país não cresce há 15 anos. Segundo o economista, o Brasil "está à beira de um colapso fiscal" e, se negligenciar, poderá seguir os mesmos passos da Grécia de 2010.

Entre os economistas do governo, há muita insatisfação. Dizem que, com o Orçamento aprovado pelo Congresso, o Brasil caminhará rapidamente para o precipício, pois o teto de gastos e a regra de ouro, que são as últimas barreiras à derrocada fiscal, cairão. Flávia Arruda acredita, porém, que esse risco não existe mais.

Mesmo considerando um corte adicional de R\$ 15 bilhões, ainda não será possível cobrir o rombo estimado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) para evitar o estouro do teto de gastos. Pelos cálculos da entidade do Senado, há um buraco de R\$ 31,9 bilhões e o limite de despesas neste ano é de R\$ 1,486 trilhão. Pelos cálculos da IFI, para respeitar essa restrição, as despesas discricionárias - e que podem ser cortadas - não podem ultrapassar R\$ 107,2 bilhões, mas estão orçadas no projeto aprovado pelo Congresso em R\$ 139,1 bilhões.

Até então, o único aceno na tentativa de corrigir as distorções no Orçamento viera do relator Márcio Bittar. Ele recebeu sinal verde do presidente para fazer as emendas cortando gastos obrigatórios, pois Bolsonaro quer pavimentar o caminho da reeleição, em 2022, inaugurando obras pelo país.

O parlamentar turbinou os investimentos em mais de 100%. Conforme levantamento feito pela Associação

Contas Abertas, após as mudanças feitas pelo Legislativo, os investimentos do governo, excluindo estatais, foi ampliado em 102,7%, passando de R\$ 25,9 bilhões para R\$ 52,5 bilhões - aumento de 102,7%, com os acréscimos e cancelamentos.

Como resultado das alterações, o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), por exemplo, ficou com o maior volume de investimentos: R\$ 16,1 bilhões. Antes, a previsão era de R\$ 2,3 bilhões, um salto de 600% para a pasta comandada por Rogério Marinho - cuja previsão orçamentária foi ampliada em 158%, passando de R\$ 9,1 bilhões para R\$ 23,5 bilhões. E esses R\$ 14,4 bilhões a mais são as emendas parlamentares com foco em obras em municípios, principalmente, no Nordeste.

Outras duas pastas também ficaram entre os destaques de maiores investimentos, deixando saúde e educação embaixo na fila de prioridades. O Ministério da Defesa, com o segundo maior orçamento de investimentos, poderá investir R\$ 8,9 bilhões; o da Infraestrutura, com R\$ 8 bilhões, ficou com o terceiro maior volume.

Prioridades

Enquanto isso, as previsões de investimentos dos ministérios da Educação e da Saúde, passaram de R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,9 bilhão, respectivamente, para R\$ 4,1 bilhões e R\$ 4 bilhões. Os recursos das duas pastas somadas (R\$ 8,1 bilhões) são a metade da nova previsão do MDR, apesar de empatarem com a Infraestrutura e perderem para a Defesa.

"O Orçamento deveria espelhar as prioridades da União. Não há a mínima lógica, em um cenário agudo de pandemia, em que faltam hospitais e equipamentos, que o MDR tenha R\$ 16 bilhões em investimentos e a Saúde, R\$ 4 bilhões", lamentou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Além de lamentar o fato de Educação e Saúde não serem prioridades nesse Orçamento em plena pandemia de covid-19, Fabio Klein, especialista em contas públicas da Tendências Consultoria, destacou a discrepância entre os gastos com pessoal da Educação e da Defesa. Enquanto a previsão de desembolsos com pessoal da Educação para este ano é de R\$ 45,6 bilhões, o segundo maior gasto é com os servidores do Ministério da Defesa, de R\$ 43,2 bilhões, que possui um contingente menor. "Sabemos que o número de professores é maior do que o de militares, em termos de capital humano. Logo, os militares acabam custando praticamente o mesmo que os professores. Isso comprova que a Educação os professores não são prioridade", lamentou.

Dissonância global (2)

» **Armando Castelar**

O **PIB** mundial deve ter, em 2021, um dos melhores desempenhos das últimas décadas. Em janeiro, o FMI previu uma alta de 5,5% este ano. Hoje, ele solta novas projeções, que devem trazer expansão ainda mais forte. Este mês a OCDE divulgou projeção de alta de 5,6%. O mercado financeiro, na sua maioria, espera um cenário ainda mais favorável. O Deutsch Bank, por exemplo, prevê alta de 6,8%. À guisa de comparação, nos 20 anos até 2019 o **PIB** mundial cresceu, em média, 3,8% ao ano.

Dois fatores explicam esse crescimento econômico global tão alto este ano. Um, a atividade ter terminado 2020 bem acima da média do ano, gerando um grande carregamento estatístico. Isto é, mesmo que na comparação de trimestre contra trimestre anterior o crescimento fosse zero, ainda assim o **PIB** médio de 2021 seria 4,1% mais alto do que o de 2020.

Outro fator é que, fruto da vacinação e dos fortes estímulos, monetários e fiscais, o crescimento deve acelerar ao longo do ano. Assim, o FMI, já em janeiro, previa que o **PIB** mundial estaria no último trimestre deste ano 4,2% acima do observado no final de 2020. Já o Deutsch Bank prevê uma alta de 5,2% nessa mesma comparação.

Esse otimismo não vale, porém, para todos os países. Em especial, se espera uma recuperação bem mais acentuada nas economias avançadas do que nas emergentes. Assim, a OCDE prevê que, ao final de 2022, o **PIB** dos países ricos estará aonde estaria se tivesse continuado a crescer no ritmo de antes da pandemia da covid-19. Ou seja, para efeito de **PIB**, a pandemia estará totalmente superada ao final do próximo ano. O mesmo resultado não se observa, todavia, para os países em desenvolvimento, que, nas projeções da OCDE, vão amargar uma perda duradoura em seu nível de renda.

Este é o caso, em especial, dos países da América Latina, que, todos esperam, terá grande dificuldade para superar as perdas incorridas com a pandemia. Os PIBs do Brasil e do México, por exemplo, só devem voltar ao patamar atingido ao final de 2019 no último trimestre de 2022. A Argentina só depois disso. Assim, em nossa região o desemprego deve permanecer alto e a situação social e fiscal complicada por ainda bastante tempo.

Já na Ásia emergente, o cenário é mais favorável. A

China foi a única grande economia a crescer em 2020 (e este ano deve ter expansão econômica robusta, crescendo acima do resto do mundo. A Índia registrou uma queda significativa do **PIB** em 2020, 7,4%), mas este ano vai mais do que se recuperar, com alta de dois dígitos no **PIB**. Outros países, como Coreia do Sul e Indonésia, também devem mostrar um desempenho econômico robusto.

Graus variados de sucesso em lidar com a pandemia explicam boa parte dessas diferenças. Assim, a Ásia, aí incluídas as economias emergentes, teve mais sucesso em lidar com a pandemia, com menor número de mortes por habitante, mas, também, menos restrições à atividade econômica. Japão, Coreia e China são bons exemplos disso.

Já nas economias avançadas, o sucesso em vacinar a população vulnerável é o fator decisivo. Reino Unido e Estados Unidos se destacam nesse grupo, já tendo vacinado 45% e 30% de suas populações, em muitos casos com mais de uma dose. A Europa continental está mais atrasada e isso tem atrapalhado seu desempenho. Os países latino-americanos, com a exceção do Chile, estão bem atrás na vacinação.

Outra explicação para o diferencial de desempenho é as economias avançadas terem mais graus de liberdade para continuar dando estímulos do que as emergentes, em especial as latino-americanas. Os EUA outra vez se destacam: depois do pacote fiscal de US\$ 900 bilhões no fim do ano passado, e de outro de US\$ 1,9 trilhão no começo deste, o presidente americano apresenta um novo pacote de investimentos, com foco em infraestrutura sustentável, de cerca de US\$ 3 trilhões.

Em que pesem as declarações do Fed, o banco central americano, de que tão cedo não aumentará os juros, estes têm subido no mercado financeiro. Junto à expectativa de uma forte aceleração do crescimento nos EUA, isso tem fortalecido o dólar e criado um ambiente bem menos favorável para as economias emergentes.

Para o Brasil, essa piora no ambiente externo é um complicador adicional, em um quadro que já se era desafiador. Assim, mesmo registrando um saldo comercial elevado este ano, e, segundo projeta o Banco Central, um superavit em conta corrente, o real deve seguir bem desvalorizado, a **inflação** elevada e os juros, com forte pressão de alta.

Coordenador de Economia Aplicada do IBRE/FGV e
professor do Instituto de Economia da UFRJ

Para viabilizar sanção, Bolsonaro sinaliza vetar trechos

Gustavo Uribe e Thiago Resende *brasil*

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sinalizou durante o fim de semana que deverá vetar trechos do projeto de Orçamento de 2021, aprovado pelo Congresso em março. A proposta orçamentária é alvo de discussão entre a equipe econômica e parlamentares.

Com o veto parcial, o governo espera evitar uma crise entre os dois lados e viabilizar a sanção do Orçamento, que destrava os gastos da máquina pública neste ano. Bolsonaro tem até o dia 22 de abril para sancionar o texto.

A indicação do presidente foi feita no sábado (3) a auxiliares jurídicos e transmitida a deputados aliados pela articulação política. A ideia é que, já no início desta semana, Bolsonaro discuta os trechos que devem ser vetados com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

O veto parcial é considerado por assessores palacianos a melhor solução diante do embate entre a Economia e o Congresso pela adequação da proposta orçamentária.

O relator da matéria, senador Márcio Bittar (MDB-AC), aceitou abrir mão na semana passada de até R\$ 10 bilhões em emendas. Na sexta-feira

(2), como mostrou a Folha, o relator aceitou elevar o valor para R\$ 13 bilhões. O novo patamar, no entanto, não foi aceito por Guedes.

O ministro da Economia defende um corte de R\$ 20 bilhões a R\$ 30 bilhões em verbas indicadas pelo Congresso para que seja possível recompor os recursos obrigatórios sem estourar o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação.

O maior impasse atualmente é como sancionar o projeto de Orçamento sem que Bolsonaro possa deixar margem para ser acusado de crime de responsabilidade. A proposta orçamentária foi aprovada com menos recursos que o mínimo para pagamento de despesas obrigatórias, como aposentadorias e demais benefícios previdenciários.

Para recompor a verba de gastos obrigatórios, o governo teria que fazer um contingenciamento nas despesas discricionárias, que englobam gastos com energia elétrica, água, terceirizados e materiais administrativos, além de investimentos em infraestrutura, bolsas de estudo e emissão de passaportes, por exemplo.

No entanto, técnicos do Ministério da Economia dizem que uma tesourada de mais de R\$ 30 bilhões nesse grupo de despesas inviabilizaria a prestação de serviços públicos até o fim do ano. Por isso, o projeto aprovado pelo Congresso é considerado inexecutável pela equipe econômica.

A solução então passa por reduzir a verba de emendas parlamentares e aumentar o orçamento obrigatório.

Mesmo com o Congresso já abrindo mão de emendas, ainda há discussão jurídica, pois a mudança de destinação do dinheiro seria apenas após a sanção. O time de Guedes ainda analisa o texto aprovado para saber o que exatamente pode ser vetado sem que programas do governo sejam prejudicados.

Como mostrou a Folha, Guedes já enviou recado ao presidente de que pode haver uma nova debandada na equipe econômica se os problemas do Orçamento não forem corrigidos.

Na aprovação das contas de 2021, os deputados e senadores autorizaram R\$ 48,8 bilhões em emendas parlamentares -forma de um congressista colocar sua digital numa verba para projetos na base eleitoral, especialmente obras. Para viabilizar essa cifra, foram cortados, artificialmente, R\$ 26,5 bilhões em despesas obrigatórias, como benefícios previdenciários e abono salarial. A equipe econômica tenta reverter essa tesourada.

A disputa por verbas para obras públicas retomou pressão tanto dentro do próprio governo como no bloco do centrão pela troca do ministro da Economia.

Em conversas reservadas, relatadas à Folha, Bolsonaro sinalizou que, apesar da pressão contra Guedes, não pretende substituí-lo neste momento. O presidente, no entanto, tem se convencido da

necessidade de fazer acenos ao centrão e de investir em obras públicas um ano antes da eleição presidencial.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=494>

87

A cloroquina do mercado de trabalho (2)

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA E DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES. FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL, SUBSECRETÁRIO DO TESOUREIRO NACIONAL E CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

Atitubeante retomada da economia, depois da longa recessão do período Dilma, a pandemia, que já ceifou cerca de 330 mil vidas, e as incertezas provocadas pelas trapalhadas do governo Bolsonaro continuam causando estragos consideráveis no mercado de trabalho, como mostram vários indicadores oficiais.

Apesar disso, o ministro Paulo Guedes tem comemorado, de forma efusiva e precipitada, "a forte retomada do emprego formal", baseando-se apenas na geração líquida de vagas apuradas pelo novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) que, desde 2020, sofreu grande mudança metodológica e passou a ser alimentado pelas informações do eSocial.

Ninguém está manipulando nada e provavelmente não há problemas técnicos estruturais com o novo Caged.

Mas é fato que seus dados divergem enormemente dos observados na Pnad Contínua, do IBGE, além de não ser possível a comparação dos números atuais com os apurados pela metodologia antiga, como tem feito com frequência o Ministério da Economia.

Análises cruzadas indicam que, aparentemente, o Caged vem superestimando a geração de vagas no mercado formal.

Tabulações da LCA Consultores, considerando apenas os trabalhadores formais, mostram que a Pnad, na média móvel trimestral dessazonalizada, até janeiro/21, apurou a destruição de 139 mil vagas, enquanto o novo Caged acusou a criação de 308 mil empregos, com dados até fevereiro/21.

Outro dado intrigante vem da observação das taxas anuais de crescimento do **PIB** e da geração de emprego formal, no mesmo ano. Conforme a chamada lei de Okun, deve haver uma relação relativamente estável entre desemprego (ou emprego) e desvios do **PIB** de seu potencial, para menos ou para mais, respectivamente. Essa relação é estatisticamente significativa para o Brasil, utilizando-se os dados do Caged pela metodologia antiga, até 2019. No entanto, em 2020, o novo Caged apurou a criação de 280 mil vagas, ano em que o **PIB** caiu 4,1%, relação jamais

observada na série antiga.

O economista Bruno Ottoni, do Ibre/FGV, compilou os dados do Caged de abril a dezembro de 2019, tanto pela metodologia antiga quanto pela nova, uma vez que, naquele período, as pesquisas correram em paralelo.

O novo Caged, no acumulado desses meses, registrou a criação de 304 mil vagas a mais do que o antigo.

O concreto é que, de acordo com o IBGE, a situação do emprego no Brasil é preocupante, fato corroborado pela queda expressiva da confiança dos consumidores. Como cerca de 40% dos ocupados encontram-se no mercado informal, é melhor tomar os dados totais, incluindo-se trabalhadores com e sem carteira assinada.

Por essa métrica, a taxa de desemprego, com ajuste sazonal, alcançou 14,7%, na média móvel trimestral até janeiro/21.

Mesmo esse dado, no entanto, não mostra toda a gravidade da situação.

O desemprego só não está maior porque houve, no período março/20 a janeiro/21, significativa redução no número de pessoas que estão no mercado de trabalho, a chamada taxa de atividade, ou seja, a relação entre a força de trabalho (ocupados + desocupados) e a população em idade de trabalhar.

Não fosse isso, a taxa de desemprego seria de 22,6%, e é esta que reflete melhor a situação na pandemia.

Outro dado desalentador é a queda do número de pessoas ocupadas.

Sempre pela comparação de médias móveis trimestrais, no período março/20 a janeiro/21, o total de ocupados com alguma remuneração caiu 6,2 milhões.

As estatísticas são contundentes e mensuram um drama social de grandes proporções. Tomar apenas os números do novo Caged e sair comemorando, sem análise cuidadosa do conjunto de indicadores, não é sensato.

Parece a cloroquina do mercado de trabalho.

CLAUDIO ADILSON GONÇALEZ, ECONOMISTA E

DIRETOR-PRESIDENTE DA MCM CONSULTORES.
FOI CONSULTOR DO BANCO MUNDIAL,
SUBSECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL E
CHEFE DA ASSESSORIA ECONÔMICA DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Vivemos uma estagflação com a lentidão da vacinação' - PRIMEIRA PESSOA

ISABEL HUMBERG, / FERNANDA GUIMARÃES

Ermínio Lucci, presidente da BCG Liquidez

O Brasil vive uma estagflação, definição de um contexto de estagnação econômica, ou até mesmo de recessão, com inflação elevada, avalia o presidente da corretora BCG Liquidez, Ermínio Lucci. A previsão da instituição financeira é de que, com um cenário de alta dos preços das commodities pressionando a inflação, a taxa básica de juros, a Selic, deverá encerrar o ano em 6% - nível ainda considerado baixo para o País e que, na prática, significa um juro real (depois de descontada a inflação) reduzido. Um dos responsáveis pela atual situação, aponta Lucci, é o ritmo lento da vacinação, quadro que impõe novas medidas de isolamento social com o intuito de desafogar os hospitais.

I Como está a situação econômica do Brasil hoje?

Vejo uma economia de estagflação decorrente da lentidão da vacinação, o que efetivamente postergou a abertura da economia e demandou lockdown, o que voltou a afetar o PIB.

Ainda se tem um carregamento de inflação do ano passado com choque de demanda.

Fora isso, os preços das commodities estão em uma espiral de alta, o que acaba impactando a inflação.

Nossa projeção é de que a Selic vai encerrar o ano em 6%.

I De que forma a crise política está afetando o mercado?

A crise política acabou virando uma variável, impactando o preço dos ativos, que passaram a embutir um prêmio de risco, principalmente em câmbio e juros.

I E como está a visão do investidor estrangeiro em relação ao Brasil?

Dada a turbulência política, a volatilidade claramente afeta a propensão de investimento no Brasil tanto no curto quanto no médio prazo. O investidor estrangeiro começa a pedir um prêmio maior para investir no

Brasil. Olhando o câmbio, o real já se desvalorizou, só neste começo de ano, cerca de 10%. Parte disso vem do risco político somado a nossa posição de fragilidade fiscal depois do início da pandemia.

I As reformas podem sair?

Eu acho que a reforma administrativa (talvez). A tributária é muito mais difícil. Depois que começarmos a ter um nível de vacinação de sucesso, como estamos vendo nos Estados Unidos e na Inglaterra, e com o Congresso voltando a entender que a gente precisa de reformas para ter crescimento e diminuir o risco Brasil, assumindo que essa volatilidade política diminua, esse assunto deve voltar ao radar.

Se esse assunto não passar esse ano, ou não for muito bem endereçado, não terá mais chance de ser aprovado no ano que vem.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juro e consolidação fiscal elevam investimento, diz SPE

Fabio Graner

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do ministério da Economia finalizou análise sobre o comportamento do investimento em 2020, atribuindo a alta nesse indicador à combinação de juros baixos (que seria decorrente de um processo de consolidação fiscal iniciado em 2016) e um ambiente regulatório propício ao crédito privado de longo prazo. O documento foi antecipado ao Valor.

"Com a divulgação dos dados trimestrais do **PIB**, em 2020, confirmou-se que a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu mais que o suficiente no quarto trimestre para superar o nível de igual trimestre de 2019. O crescimento interanual foi de 5%, o que antecipou em um trimestre a recuperação em relação a retomada observada na recessão de 2008/2009", aponta. Para a SPE, o indicador recuperou o nível anterior à pandemia.

O texto ressalta que, apesar da recessão de 2020 ter sido uma das piores em 120 anos, "a rápida recuperação do investimento no Brasil se relaciona com a taxa de juros em patamares baixos, melhorias estruturais no mercado de crédito e a expectativa de um ambiente econômico mais estável, fruto do processo da consolidação fiscal".

Segundo o documento, em 2020 houve forte elevação do crédito, com destaque para os bancos privados e outras fontes, como emissão de títulos e o mercado acionário, em um ambiente de fortalecimento de garantias. "A desregulamentação e as inovações no mercado financeiro, aliadas à consolidação fiscal, permitiram a redução estrutural dos juros e mostram que, ao contrário da recessão de 2008-09, a rápida recuperação do investimento ocorre sem a massiva participação dos bancos públicos", diz a SPE.

A secretaria explica que o canal da queda dos juros reais futuros seria decorrente do arcabouço fiscal que aponta para o controle de gastos a longo prazo. "O segundo canal é a melhora do ambiente econômico, em resposta às reformas estruturais. Desta forma, o cumprimento dos marcos fiscais, a continuidade da agenda de reformas e da consolidação fiscal clarão suporte para que o investimento retorne em bases mais sólidas".

O secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, ressaltou que parte importante da agenda do ministério é criar condições para continuar tendo melhor aproveitamento das garantias e que o crédito privado seja cada vez mais robusto, auxiliando as empresas "a atravessar esse momento difícil e se prepararem para o momento da retomada". "Nós temos hoje um investimento que está indo para onde o capital é mais eficiente, estamos aumentando a eficiência alocativa e a qualidade do crescimento de longo prazo", disse.

Sachsida reconheceu que apesar de no início do ano o investimento ter continuado em alta, agora ele começa a perder fôlego por conta da piora no quadro da pandemia e as medidas de contenção. Mas ele diz acreditar que, com a vacinação, a retomada deve acontecer com bom ritmo no segundo semestre. Evitando projetar números, ele salientou que o importante é ter um ambiente de qualidade para um bom desempenho de longo prazo, com uma alocação mais eficiente de recursos.

Fabio Terra, professor da Universidade Federal do ABC e presidente da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), reconhece a recuperação do investimento no segundo semestre do ano passado, mas tem uma interpretação diferente das causas desse fenômeno.

"Isso não foi conduzido de maneira nenhuma por medidas tomadas antes da crise e nem pela ausência do Estado", disse. "Quando se olha especificamente para 2020, o saldo de crédito privado ainda é maior, mas a grande variação é de crédito direcionado, por conta dos vários programas que o governo fez para ajudar as empresas... O desembolso privado, em alguns casos, é mera intermediação, com fundos vindos do Tesouro".

Ele explica que medidas como o auxílio emergencial, que injetou R\$ 293 bilhões na economia, também tiveram papel importante na retomada do investimento. "O grande determinante do investimento é expectativa de retomo. A retomada do segundo trimestre por conta da dinâmica que o auxílio emergencial imprimiu", disse Terra. O economista lembra que no agregado do ano o investimento caiu, apesar do nível do quarto trimestre ter ficado acima de 2019.

Terra apontou ainda que os demais instrumentos de crédito, como IPOs (abertura de capital) ainda tem um papel relativamente pequeno no total de financiamento na economia. Além disso, comentou, esse recurso captado pelas empresas demora para se tornar investimento efetivo. Ele também manifestou discordância sobre o papel da consolidação na retomada à frente. "A gente precisa de demanda, ficar à mercê de achar que sem auxílio, sem ajuda às empresas, que a gente vai conseguir criar expectativa que os leve a investir."

O subsecretário de política macroeconômica do ministério, Fausto Vieira, rebate a tese e diz que o papel mais importante para a retomada dos investimentos foi dos juros baixos. "O preço, que é o juro, teve uma queda gigantesca e mexeu com todo o tipo de ativos e isso está relacionado com o processo de consolidação fiscal", disse. "O setor público teve uma função de redução de incertezas, mas o grande papel foi a queda do juro real", concluiu, lembrando que emissões de mercado de capitais, não.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Área econômica já admite reflexo da pandemia na piora de indicadores

Edna Simão e Mariana Ribeiro

Após comemorar indicadores positivos que refletiam o ensaio de uma retomada em "V", o ministro da Economia, Paulo Guedes, deve passar a conviver com uma safra de resultados mais negativos devido ao recrudescimento da pandemia e a adoção de medidas mais restritivas de isolamento social no país.

O próprio governo já admite a desaceleração em resultados como da arrecadação e do mercado formal de trabalho a partir de março. Para economistas, mesmo com o avanço da vacinação, o nível de incerteza seguirá alto nos próximos meses, o que poderá influenciar no ritmo da atividade no segundo semestre.

Guedes vem defendendo a vacinação como a bala de prata para a retomada da economia. No final de março, o ministro afirmou que com o avanço da imunização em abril a mortalidade da covid-19 deve cair "vertiginosamente" no país, viabilizando o retorno seguro ao trabalho.

O cenário, no entanto, é mais complexo, afirma Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados. Ele destacou que os efeitos da vacinação demoram para fazer efeito e citou o exemplo dos Estados Unidos, onde os casos de covid-19 tem aumentado, mesmo com o nível bastante avançado de vacinação.

"Só a vacinação não adianta se não tiver restrição de mobilidade no que for possível", afirmou o economista. "No Brasil, há uma desorganização geral em relação à pandemia. Não há uma solução integrada", acrescentou. Vale citou ainda outros fatores de incerteza, como a turbulência política, a pressão inflacionária e os impasses em torno do Orçamento.

Economista do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Rodolpho Tobler explica que já era esperado que o primeiro trimestre deste ano fosse mais fraco que o anterior, até pelo fim dos programas governamentais - principal iniciativa em 2020, o auxílio emergencial só será retomado em abril. "Conforme fomos nos aproximando do final do primeiro trimestre, observamos uma piora expressiva no cenário", disse. A instituição projeta retração de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no primeiro trimestre sobre o anterior.

Em fevereiro, a arrecadação federal somou R\$ R\$ 127,7 bilhões, o maior valor da série para o mês. Guedes comemorou o resultado, mas sinalizou para uma mudança no cenário. "Com esse recrudescimento da pandemia, essa nova pancada na economia brasileira, é evidente que nós devemos sofrer algum impacto já no mês de abril", admitiu.

O mesmo foi observado durante a divulgação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Em fevereiro, foram abertas 401,6 mil vagas formais, número acima do esperado. Mas a expectativa é de piora nos dados nos próximos meses, admitiu o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco.

"O governo tem se apegado a alguns dados, como o Caged, mas a gente tem dificuldade de ver isso como um sinal forte de recuperação", afirmou Vale. Nos meses de abril e maio, explicou, o nível de incerteza deve continuar forte. O economista projeta queda do **PIB** de 0,9% no primeiro trimestre e de 0,4% no segundo.

No começo deste ano, indicadores apontavam para cima, embora a pandemia já estivesse em alta. Em janeiro, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) - também citado por Guedes ao falar de recuperação em "V" - subiu 1,04%, o dobro do esperado. Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já divulgou que a produção industrial recuou 0,7% em fevereiro, após nove altas seguidas.

Mesmo com a expectativa de um cenário mais adverso, o Ministério da Economia manteve a previsão de expansão do **PIB** em 3,2% para este ano. Existem avaliações no mercado que apontam que, mesmo que a economia tenha queda de 0,5% no primeiro trimestre e fique estagnada até o final do ano, ainda haveria a possibilidade de crescimento de 3,1% do **PIB**.

O problema, segundo um economista que preferiu não se identificar, é o impacto que a volatilidade excessiva de juros e câmbio e expectativa de **inflação** pior têm na decisão dos investidores, que postergam a decisão de investimento e de abertura de capital (1PO).

As dúvidas com relação ao avanço da pandemia e à

duração das medidas de isolamento têm afetado os níveis de confiança. Calculado pela FGV, o índice de Confiança do Consumidor (ICC) caiu 9,8 pontos em março, para 68,2 pontos. Já o índice de Confiança Empresarial (ICE) recuou 5,6 pontos, para 85,5 pontos. A piora atingiu tanto a percepção em relação ao momento quanto as expectativas.

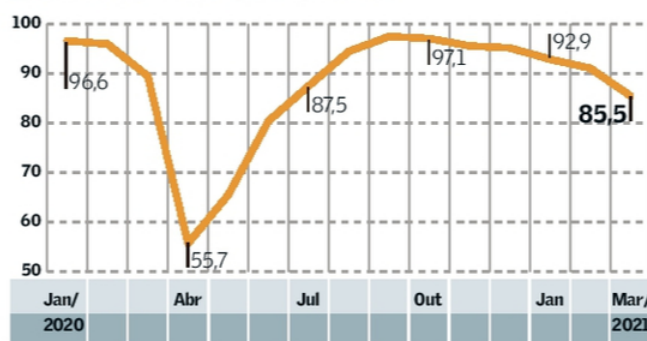
O ex-secretário de assuntos econômicos do extinto Ministério do Planejamento Marcos Ferrari, atual presidente executivo da Conexis Brasil Digital, disse que dificilmente o crescimento deste ano vai chegar a 3%. Ele destacou que é preciso adotar medidas de estímulos para melhorar o cenário para o segundo semestre e defendeu uma nova prorrogação do auxílio emergencial, desde que encontrado espaço fiscal.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

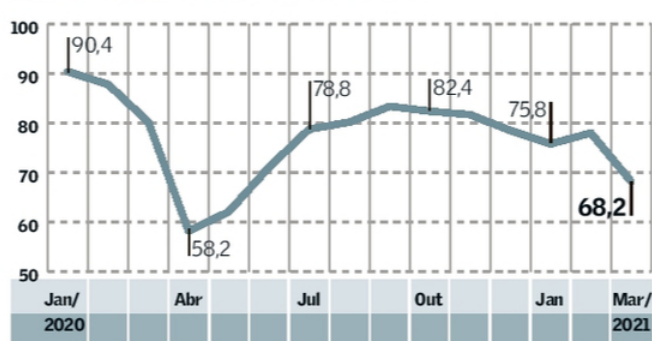
Mais incerteza na economia

Com recrudescimento da pandemia, cai confiança do consumidor e de empresários - séries com ajuste sazonal

■ Índice de Confiança Empresarial*



■ Índice de Confiança do Consumidor



Fonte: IBRE/FGV. *Índices de Confiança, Situação Atual e Expectativas Empresarial - agregação dos índices de Serviços, Indústria, Construção e Comércio

Proposta de reforma pode levar a retrocesso em paridade de gênero



Busto de Carlota Pereira Queiroz (1892-1982), primeira brasileira eleita deputada federal
Mathilde Missionero - 3 dez.20 / Folhapress

Mayara Paixão e Philippe Scerb - são paulo

Com 15% de mulheres na Câmara dos Deputados, o Brasil está longe de superar o problema da sub-representação feminina na política. Diversos avanços ocorreram nos últimos anos, mas barreiras continuam a dificultar a paridade de gênero nos espaços de decisão e há riscos reais de retrocesso.

Esse foi o tom de alerta que predominou na série de debates sobre o tema organizada pela ONU Mulheres Brasil e pelo núcleo de pesquisa Flora Tristán, ligado ao Instituto de Ciência Política da UnB (Universidade de Brasília), entre os dias 22 e 25 de março. O evento contou com apoio da Folha.

Apesar dos 25 anos transcorridos desde a implementação das cotas no Brasil, há chances de retrocesso sendo ventiladas no Congresso. Uma das principais, na avaliação das debatedoras, é a reserva mínima de 15% dos assentos para mulheres em todas as casas legislativas do país.

Deputadas da bancada feminina, ao contrário, defendem a proposta e tentam incluí-la na pauta da **reforma política** costurada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Ainda que pareça positiva, as especialistas entendem que a medida é menos ambiciosa do que já estabelece hoje a lei de cotas. O modelo atual obriga os partidos a apresentarem 30% de candidatas mulheres durante as eleições. Elas temem que, nas discussões sobre a reserva de cadeiras, haja pressão para derrubar essa obrigatoriedade.

Do lado da bancada feminina, a avaliação é outra. À Folha a deputada federal Soraya Santos (PL-RJ) diz que a cota de 30% nas candidaturas é importante, mas os resultados têm sido muito lentos.

Segundo ela, a reserva de ao menos 15% de cadeiras aceleraria o processo de representação por assegurar que mesmo municípios pequenos, muitos dos quais não têm essa porcentagem de mulheres nos postos legislativos, tenham assentos garantidos para elas. A reserva de 30% das candidaturas seria mantida, diz a parlamentar.

Para as especialistas, a medida significaria limitar a representatividade feminina ao que se tem atualmente, e não avançar rumo a um cenário mais igualitário. Isso porque o percentual de cadeiras a ser reservado já representa o volume de mulheres nos espaços legislativos: hoje elas são 15% da Câmara Federal e também foram 16% entre os eleitos para as Câmaras de Vereadores nas eleições de 2020.

A cota de 30% das candidaturas tem muito a avançar, dizem, mas ainda assim é superior e mais semelhante aos exemplos internacionais de sucesso do que o articulado pela bancada feminina. No México e na Argentina, por exemplo, a porcentagem mínima de candidaturas é 50%.

"É um evidente retrocesso", afirma Luciana Lossio, ex-ministra do TSE (Tribunal Superior Eleitoral). Ela afirma que 30% é o mínimo de representação para que haja uma "massa crítica e uma verdadeira inclusão das mulheres no debate".

A apreensão com a eventual costura e aprovação dessa reforma foi compartilhada por Lígia Fabris Campos, professora da FGV (Fundação Getúlio Vargas) do Rio de Janeiro.

Para ela, a aprovação de uma reserva de cadeiras no patamar de 15% seria "um precedente único no mundo" para um país cuja legislação tem o percentual de 30% como escala mínima de candidaturas e recursos de campanha.

A cientista política Luciana Ramos, professora da FGV de São Paulo, compartilhou os resultados de uma pesquisa coordenada por ela sobre os impactos das

últimas mudanças nas regras eleitorais que, a princípio, deveriam ampliar a presença desses grupos nos espaços constituídos de poder.

A primeira descoberta do estudo foi de que os partidos descumprem reiteradamente as cotas de candidaturas de mulheres. Assim como fizeram em relação às cotas de financiamento eleitoral, em 2018.

Por outro lado, observou-se um efeito positivo dos novos padrões de distribuição de recursos, pelo menos no que diz respeito ao gênero. Entre 2014 e 2018, a parte dos fundos públicos de campanha dos partidos destinada a mulheres passou de 10% para 22%.

A cientista política Danusa Marques, da UnB, citou pesquisa com 30 partidos com cadeiras na Câmara, feita no início de 2019, que mostrou que apenas o PSOL tinha paridade de gênero na sua executiva nacional. O PSD, àquela altura, não tinha nenhuma mulher na sua principal instância decisória.

Hoje, o Brasil já é um caso extremo de sub-representação, afirma Flávia Biroli, professora de ciência política da UnB.

São vários os motivos do atraso brasileiro. O primeiro, ela explica, está numa legislação com baixos efeitos práticos. Parte da culpa está nos partidos, que atuam como "gatekeepers" (porteiros, na tradução literal). Isso significa que eles vêm limitando a participação feminina e buscando manter a política como um espaço eminentemente masculino.

Esse espaço, hostil e violento, pode afastar as mulheres logo no início do envolvimento com a vida política. Marlise Matos, professora de ciência política na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), disse que há uma certa racionalidade por trás da escolha das mulheres de não entrar na disputa política. "O preço é alto. Elas sabem que vão ser trituradas." Outros países que também adotaram cotas, mas hoje apresentam resultados mais efetivos que o Brasil, jogam luz sobre o que pode ser feito. Drude Dahlerup, professora emérita da Universidade de Estocolmo (Suécia) e referência mundial no estudo sobre cotas eleitorais, afirma que esse mecanismo é, indiscutivelmente, eficaz, mas que seus efeitos dependem do desenho institucional.

O sistema eleitoral de lista fechada, em que o eleitor vota em uma lista de candidatos ordenada pelo partido, por exemplo, favoreceria a representação feminina, já que permite a alternância de candidatos em função do gênero. Em sistemas de lista aberta, como o brasileiro, elegem-se os mais votados de cada partido em dada circunscrição eleitoral,

independentemente de seu gênero.

O México, onde representantes são eleitos por lista fechada, é uma das experiências regionais mais exitosas na inclusão política de mulheres. Os avanços promovidos no país desde a instituição das cotas eleitorais, ao longo dos anos 1990 e 2000, ficaram evidentes na exposição de Georgina Cárdenas Acosta, professora da Universidade Nacional Autônoma do México.

Em 2000, o Senado mexicano tinha 14,8% de mulheres. Em 2020, elas eram 49,2%. Na Câmara dos Deputados, os números passaram, no mesmo período, de 16% para 48,2%, o que faz com que a paridade já seja uma realidade no país.

Mesmo com avanços, ainda há limites a serem superados, pontuou Acosta. A presença de mulheres nos poderes não tem implicado, necessariamente, em plataformas político-partidárias comprometidas com a igualdade de gênero.

Os debates foram mediados pelas jornalistas Flavia Lima, Fernanda Mena, Sylvia Colombo e Suzana Singer, todas da Folha. Os vídeos podem ser assistidos no canal da ONU Mulheres no YouTube.

Conquistas políticas das mulheres no Brasil

Direito ao voto Em 1934, ele é estendido às mulheres; mas a obrigatoriedade só vem em 1946

Cota Em 1992 lei eleitoral aprova reserva de 30% das candidaturas para mulheres

Primeira presidente Em 2010, Dilma Rousseff é eleita para a Presidência

Menos brechas Em 2012, resolução do TSE aprimora brechas abertas na Lei de Cotas; torna-se obrigatório que mulheres preencham o mínimo de 30% da quantidade final de candidatos, e não apenas da lista potencial de candidaturas

Mais diversidade Em 2018, país elege as primeiras deputadas transexuais para Assembleia a primeira mulher indígena para a Câmara dos Deputados, Joênia Wapichana

Verba Também em 2018, o TSE decide que partidos devem repassar 30% dos recursos do fundo de financiamento de campanha para candidaturas de mulheres

COMO ESTÁ HOJE

5% de mulheres no gabinete ministerial;

12% de mulheres prefeitas eleitas;

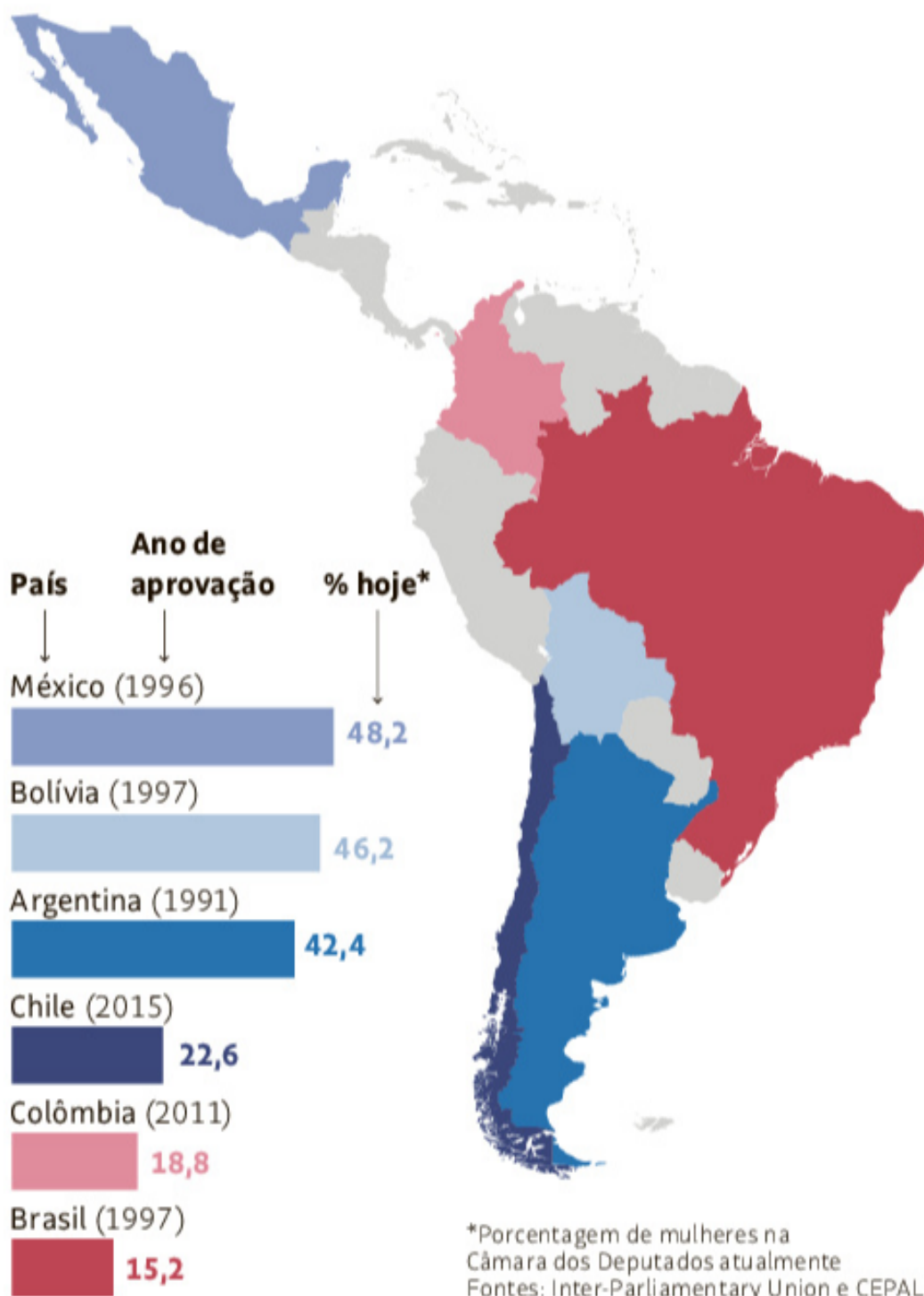
15% de mulheres na Câmara dos Deputados

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49487&anchor=6431664>

Lei de cotas e o cenário atual

A lei de cotas é uma norma que obriga os partidos a apresentar, durante a eleição, um número equilibrado de homens e mulheres entre os candidatos. Os países destacados têm legislação que garante no mínimo 30% de participação para um dos gêneros



Um estorvo no Planalto - CATARINA ROCHAMONTE

CATARINA ROCHAMONTE

Respeitar a autonomia das instituições de Estado é dever do governante democrático, coisa que Bolsonaro não entende. Em meio à aceleração assustadora de mortes diárias por Covid, o presidente achou de aumentar o tumulto com uma reforma ministerial de corte fisiológico e intenção autoritária, tentando subordinar as Forças Armadas aos seus caprichos de ocasião.

Nesse intento, por ora, fracassou, uma vez que os líderes militares reagiram com altivez e dignidade, abrindo mão dos cargos para manter as Forças Armadas comprometidas com a democracia e guiadas pela Constituição, como afirmado na nota do general Fernando Azevedo e Silva, exonerado do cargo de ministro da Defesa.

Mais uma vez, os arroubos autocráticos de Bolsonaro levaram à queda de um ministro que tentava salvaguardar as instituições: Sergio Moro saiu por não aceitar a interferência na Polícia Federal; Azevedo saiu por não aceitar que o Exército brasileiro fosse transformado em milícia. Não existe isso de "meu Exército", como quer Bolsonaro. O único "exército" desse tipo com o qual ele pode contar é o de seus fanáticos, que, aliás, vai minguando.

No momento, Bolsonaro depende mais do centrão, que nada tem de fanático, sendo apenas oportunista. Daí a Secretaria de Governo, ambicionada "chave de cofre", ter sido entregue à deputada Flávia Arruda, do PL, por recomendação de Arthur Lira e, principalmente, de Valdemar Costa Neto, presidente do PL, notório articulador do mensalão, preso por corrupção e réu por peculato e fraude em licitação. Deputada de primeiro mandato, Flávia, que terá a missão de negociar cargos e verbas, é casada com o ex-governador José Roberto Arruda, duas vezes preso por corrupção.

Não bastasse isso, um preposto de Bolsonaro na Câmara tentou emplacar o projeto de Mobilização Nacional, dando ao presidente poderes excepcionais. O golpe sanitário não vingou. Bolsonaro não lidera como presidente nem consegue ser ditador; resta como um estorvo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49487&anchor=6431664>

Ex-ministro do STJ, Paulo Medina morre aos 79 anos de Covid

Ex-ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Paulo Medina morreu de Covid-19 aos 79 anos, em Beb Horizonte. Ele estava aposentado da Corte e não resistiu a complicações da doença. O falecimento foi **comunicado** ontem pelo órgão. Medina assumiu a cadeira no STJ em 2001 e exerceu o cargo de ministro até a aposentadoria compulsória, em 2010, quando foi o primeiro e até hoje o único ministro da Corte destituído pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), na esteira de investigações sobre um suposto esquema de venda de sentenças. Na época, chamou o julgamento de "farsa".

Twitter remove vídeo de Roberto Jefferson por "ameaça de violência"

O Twitter removeu ontem vídeo publicado pelo presidente nacional do PTB, ex-deputado Roberto Jefferson, em que ele aparecia convidando a população a se armar para combater o "Satanás que quer fechar igreja". Na publicação, feita na sexta-feira, o político, hoje bolsonarista, apresentava o chamado "kit anti-satanás", com cabo de enxada, taco de beisebol e chicote. "Tem um Satanás armado? Esse imediatamente um irmão patriota bota fora de combate." A rede social informou que a publicação violou as regras de conduta. O Twitter diz vetar que usuários promovam "ameaça de violência".

Site:

<http://digital.maven.com.br/pub/diariodograndeabc/?numero=18302>